

| 833 | PLANEJAMENTO DE GRANDES EVENTOS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Jorge Azevedo de Castro

Resumo

Nos próximos quatro anos o Rio de Janeiro será sede de grandes eventos esportivos a nível mundial, o que impõe à cidade uma agenda de obras e organização de serviços complexa e acelerada, dentro de um horizonte fixado pelo ciclo olímpico quadrienal, o maior desses eventos. Destacamos nesse texto a transferência sistematizada de experiências anteriores no planejamento e execução dos Jogos, e o que há dentro desse programa como uma visão de organização da cidade e de seus sistemas, antes e após receber a multidão de profissionais e visitantes envolvidos com a programação, tendo como referência a documentação do eventos anteriores e da bibliografia consultada, para levantar indicativos de uma visão do movimento olímpico contemporâneo sobre a cidade.

Palavras-chave: conhecimento, ciclo, legado, olimpíada, urbano.

Introdução

A região metropolitana do Rio de Janeiro vive um período (2012-2016) como centro de recepção a grandes eventos de escala mundial, (Copa do Mundo; Olimpíada e Para olimpíada de 2016), o que provoca, a curto e médio prazo, transformações nas estruturas edificadas para atender a essa programação, e torna pública a discussão de soluções de planejamento e projeto, com antecedência de alguns anos poucas vezes possível, criando uma oportunidade impar de planejar, acompanhar a execução e avaliar diversos aspectos do que se auto afirma como um legado para a cidade, em função dos resultados intermediários desses eventos no período citado, o que pode inclusive abarcar observações sobre as Olimpíadas de 2012, como experiência urbana com impactos mensuráveis.

O legado é uma categoria central na argumentação demonstrativa dos benefícios que a escolha de uma cidade para sede das Olimpíadas pode trazer para sua população. O legado é um impacto positivo da organização dos Jogos Olímpicos para as situações urbanas onde se realizam de quatro em quatro anos, um ciclo que se mantém como tradição e forma um campo de estudo denominado olimpismo. O argumento contrário (ver Santos Jr, Orlando) é que esses investimentos são subtraídos de investimentos em infraestrutura de função social, nas áreas de educação, saúde, saneamento, etc. O fato é que os complexos esportivos (ou com outras denominações) são construídos e herdados pós - eventos, sem condições de manutenção, o que é um dos itens a ser verificado, por exemplo,

nas instalações dos Jogos Pan Americanos de 1997, no Rio de Janeiro. Tipos de legados são detalhados em documentos e autores diferentes como indica a tabela abaixo:

Tabela 1 - Tipos de Legados

Legados	Exemplos
Econômico	Número de empregos criados; Investimentos urbanos associados as Olimpíadas; Implantação de novos hotéis
Social	Capacidade de organizara comunidade através do envolvimento com os Jogos
Saúde	Melhoria da saúde com os esportes e da participação em atividades físicas Provisão de equipamentos esportivos para comunidades locais
Ambiental	Melhoria da qualidade do ar nas vizinhanças do Parque Olímpico; Solução ambiental para solos contaminados
Cultural	Provisão de equipamentos culturais; programas culturais inseridos nos eventos esportivos.
Informática	Documentos e registros dos jogos; relatórios e registros visuais digitalizados e colocados a disposição para consulta pública.
Urbano	Habitação social renovada de padrão moderado. Implantação de novos roteiros de transporte e de circulações para pedestres

Fonte: London 2012 Olympic legacies: Conceptualising legacy, the role of Communities and Local Government and the regeneration of East London.

O Ciclo Olímpico

A organização periódica dos eventos olímpicos em cidades pré-determinadas com anos de antecedência, faz parte de um ciclo de negócios e realizações preparatórios onde as intervenções urbanas se combinam com o setor de consultoria, projeto e execução

existentes em alguns países, desdobrando uma série de investimentos públicos com repercussões sobre a vida local em diversos níveis.

Uma das iniciativas da estrutura organizadora é manter os eventos sucessivos dentro de um padrão de qualidade e eficiência nos processos, e para isso trabalha explicitamente com a transferência de conhecimentos (Transfer Of Knowledge - TOK) e melhores práticas entre dois eventos, facilitando contatos entre os comitês nacionais do país onde se realizou a última Olimpíada e o comitê do país da Olimpíada subsequente através do Seminário sugestivamente batizado como “Debriefing” (Esclarecimento e/ou Balanço).

Antes de examinar o seminário de transferência de conhecimento ocorrido no Rio de Janeiro, observamos que o mesmo evento em outras cidades sede tem ocorrido a partir da Olimpíada de Atlanta, em 1996, onde se discutiu os resultados da Olimpíada de Barcelona, 1992. Na cidade sede de Sidney, no ano de 2000, foram apresentadas observações sobre o evento de Atlanta. A capital australiana foi sucedida como sede de uma Olimpíada por Atenas, em 2004, a qual, por sua vez deu lugar a Pequim, com a Olimpíada de 2008, e esta por Londres, em 2012. No caso do Rio 2016, como o Contrato COI- Prefeitura foi assinado antes do Seminário de Esclarecimento (Avaliação ou Balanço), dele consta uma nota sobre programação e datas que remete ao conhecimento do que ocorreu em Pequim: “O COI informa a Cidade e ao COB que o programa de Pequim 2008 (esportes, disciplinas e eventos) formarão a base essencial do programa dos Jogos. (...) O programa final de esportes e disciplinas será comunicado três anos antes dos Jogos.”

Essa continuidade de eventos tem início numa concorrência internacional que ocorre sete anos antes da realização do evento olímpico, e fazem parte do contrato assinado entre a Cidade Sede e o COI (ver abaixo), um primeiro passo no planejamento das cidades e países sede, baseada num sistema de avaliação entre os candidatas (os), a partir de um conjunto de 150 indicadores, os quais , daí em diante, farão parte do sistema de monitoramento da implantação, do controle operacional e análise pós-relaização dos jogos da incorporação do patrimônio edificado ou não edificado à vida da cidade e do país no período de oito anos seguintes ao evento . Esses indicadores são também o núcleo da apresentação das experiências do seminário de transferência de conhecimento, acompanhados de documentação dos planos e projetos realizados.

São itens de destaque no Contrato COI - COB - Prefeitura do RJ, aqueles relativos ao Seminário:

“Q. Onde a Cidade e o COB reconhecem a importância de adquirir e transferir conhecimento, adquirido no processo de planejamento, organização e realização dos Jogos,

para o COB e os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos subsequentes aos Jogos em pauta; (...)

E para que isso aconteça, “(...) A organização controladora dos jogos olímpicos deve assegurar uma transição equilibrada desse conhecimento e “expertise” antes, durante e depois do Jogos.(...) Mais detalhes sobre as responsabilidades nessa área estão contidos no Manual Técnico de Gerenciamento dos Jogos e no Manual de Gerenciamento de Informações”.

Os manuais e documentos acima referidos são parte de um acervo em evolução, reconhecidos contratualmente como ferramentas para a etapa de realização: “ A cidade, o COB e as Organizações Locais reconhecem que, o conteúdo dos manuais técnicos, linhas gerais e outras diretrizes que estão contidas nesse Contrato representam a posição do Coi sobre essas matérias, assim como podem evoluir como resultado das mudanças tecnológicas ou de outras, algumas delas podendo estar sob controle das partes desse Contrato. O COI se reserva o direito de refazer os manuais ou de criar novos. È responsabilidade da Cidade Sede adaptar esses ajustes da melhor maneira possível (...)”

Uma listagem desses manuais nos dá uma idéia de temas do acervo que podem implicar na definição de espaços e fluxos: acomodação; acreditação e entradas nos Jogos Olímpicos; chegadas e saídas; proteção; comunicação visual; atividades na Cidade Sede; padrões de projeto para arenas esportivas; serviços médicos; serviços de alimentação; gerenciamento de informação; impacto dos Jogos; trabalho da mídia e outros.

Como parte desse processo, os documentos de referência (Parkes; Lettieri; & Bogle) apontam para um cenário de planejamento de longo prazo de projetos bilionários, com efeitos significativos sobre as cidades sede, geração de projetos de desenvolvimento e requalificação de infra-estrutura e do ambiente construído, e impactos consideráveis sobre diversos setores de produção (prioritariamente construção, turismo, transporte e mídia), com geração de empregos e renda concentrados nas regiões metropolitanas da cidade sede, o que reafirma os efeitos de longo prazo pós -evento através de legados.

A questão da sustentabilidade foi introduzida a após os Jogos de Sidney, com o objetivo de identificar um conjunto de ferramentas e definir uma metodologia para a avaliação de sustentabilidade em todos os eventos internacionais do mesmo porte, produzindo um modelo para uso das técnicas em práticas consagradas a partir da Avaliação de Ciclo de Vida (ACV), objetivando otimização de recursos (financeiros, cronogramas, profissionais, comunidades), e utilizando também a Análise de Impactos

combinada com a Análise de Decisões Multicritérios, de modo a abordar cenários e planos componentes de diversas complexidades.

A sustentabilidade é destacada no Contrato COI - Prefeitura do Rio com o seguinte enunciado: "(...)R. Onde a Cidade e o COB reconhecem e concordam com o que diz respeito ao ambiente como consideração importante na condução de suas atividades e concordam consultar o COI nas questões ambientais, em complemento a todas as leis e regulamentos aplicáveis."

O mecanismo de consulta ao COI - COB se estende praticamente por todos os outros temas urbanos e metropolitanos, tendo a coleção de Manuais e Documentos Técnicos como pano de fundo. Transporte e Cidade Olímpica, estão entre os mais citados: "b) a Organização Local deve fornecer um sistema de transporte seguro, confiável e seguro dentro do País Sede, livre de carga, para os seguintes credenciados: atletas, equipes oficiais e outras pessoas, técnicos, mídia, patrocinadores, licenciados, força de trabalho relacionada aos Jogos, como designada pelo COI, de acordo com os termos, condições e prioridades referidas no "Manual Técnico de Transportes" e no Manual Técnico de Chegadas e Partidas (ou Acessos e Saídas)". Todos os aspectos devem ser submetidos a prévia aprovação por escrito do COI."

A Cidade e/ou Vila Olímpica fazem parte do Programa de Acomodação, explicado como " (...)uma cidade/vila(s) olímpicas, e outras acomodações apropriadas, serviços e equipamentos, como referidos na Carta Olímpica (documento de princípios do COI), reservada para os atletas, equipes e outros grupos profissionais, deve ser fornecida pelo Comitê Local de Organização dos Jogos de acordo com termos e condições contidos no Manual Técnico da Vila Olímpica" (...) no presente, uma estimativa de 16.000 pessoas deve ser levada em consideração para provisão de acomodações. "

A integração entre planos, programas e comitês locais

No Seminário de Balanço é repassada uma visão da organização, objetivos e resultados, largamente documentada e codificada. A visão do Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre as Olimpíadas implica numa visão para a cidade traduzida em requisitos técnicos. Nessa linha de raciocínio alguns autores (Kasens-Noor) questionam se (i) o Processo de planejamento é alterado face aos requisitos olímpicos, e (ii) qual o papel que o COI tem no desenvolvimento urbano e criação de legados em diversas áreas: transporte, educação, ocupação urbana, saúde, e outros.

O COI cria um conceito de operações em cada um desses seminários em colaboração com os participantes o que inclui um programa detalhado de captura de informação, incorporado no processo de transferência de conhecimento. Toda informação, materiais e conclusões são gravadas e relacionadas numa grade de Gerenciamento de Conhecimento na Extranet do COI.

Os participantes do seminário são de diferentes grupos da estrutura COI - COB com diferentes papéis, como o presente Comitê Organizador; o Comitê Organizador da Sede dos próximos jogos - o qual deverá integrar os organizador técnico do Seminário. Conta também com a inclusão de representantes da Prefeitura e do Governo Federal (a ausência do Governo Estadual será comentada adiante); do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional - com equipe e de consultores incorporada, que é responsável por definir os conceitos e estabelecer o programa do Seminário. E, finalmente, com as Cidades Candidatas - todas as cidades atualmente em processo de candidatura, para observar e fazer perguntas quando necessário.

As apresentações do seminário são publicadas nos Relatórios de Conhecimento dos Jogos, com dados relevantes para o gerenciamento sob diferentes contextos nacionais, e recomendações geradas de uma troca de idéias entre realizadores e observadores, comentando programas desenvolvidos ou em desenvolvimento como o Programa de Logística, o Programa de Comunicação, o Plano de Transporte, O Programa de Segurança, O programa de Voluntariado e Recursos Humanos, O Plano de Hotelaria, e, o que aqui nos interessa, o programa de edificações e o de ocupação de áreas urbanas.

O Seminário de Balanço da Olimpíada Londres2012

Mesmo para uma cidade do tamanho de Londres os Jogos Olímpicos são um desafio logístico, pois englobam 11.000 atletas em 3000 eventos durante 16 dias corridos; quatro a cinco mil membros da família olímpica, enquanto quatro mil atletas participam da Para Olimpíada. Cerca de nove milhões de entrada foram vendidas, para operacionalizar os jogos foram recrutados 47.000 voluntários, que se somam a cerca de 16.000 profissionais de apoio, não incluindo aí os 20.000 da mídia.

Para dar conta dessa escala de trabalho, os executores organizam-se em agências. O LOCOG (*London Organising Committee for the Olympic Games*), ou seja, o comitê local para organização, lançado em 2005 (sete anos antes do evento) como requisito de competição e formalizado na assinatura do contrato entre o COI e a cidade sede, que tem quatro sub

comitês: a Agência de Desenvolvimento Olímpico, responsável pela implementação de infraestrutura e equipamentos e também pela recuperação de áreas urbanas (no caso, o Lower Lee Valley); a Agência de Transporte Olímpico, organizada em 2009 para o planejamento e gerenciamento de todos os aspectos da mobilidade urbana, incluindo a provisão de transporte de atletas e espectadores; A Unidade de Comando Operacional Unificado dentro da Polícia Metropolitana, responsável pela segurança.

Planos e indicadores

O Seminário de Transferência de Conhecimento da Rio 2016 foi realizado em novembro de 2012 na Sede do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), na cidade do Rio de Janeiro, sucedeu outro evento de transferência de conhecimento na fase imediatamente posterior aos jogos, na cidade de Londres, com a presença de delegações de diversos países. A discussão de alguns indicadores apresentada na ocasião desenvolveu-se em torno de critérios de avaliação de indicadores apresentados (ver Pitts, A. & Liao, H.), o que define em linhas gerais a visão oficial do olimpismo sobre a cidade:

(1) Indicador de coerência do desenvolvimento urbano olímpico com os planos de longo prazo e outros planos locais da cidade sede tendo como critérios de avaliação:

- Plano olímpico urbano coerente com as orientações estabelecidas para o desenvolvimento da cidade.
- Plano olímpico urbano é coerente com o modo de ocupação e uso da terra urbana.
- Plano olímpico urbano é coerente com os planos para controle demográfico existentes.
- Plano olímpico urbano é coerente com os objetivos de equidade social.
- Plano olímpico urbano é coerente com o plano de transportes da cidade
- Plano olímpico urbano é coerente com a estratégia de desenvolvimento econômico e investimento da cidade.
- Plano olímpico urbano é coerente com a agenda de tratamento e proteção ambiental da cidade.
- Plano olímpico urbano é coerente com o plano de gerenciamento de recursos da cidade.

- Plano olímpico urbano é coerente com os planos para cultura, comunicação e lazer da cidade, e é coerente com planos para reforçar e manter a identidade espacial da cidade.

(2) Uso dos equipamentos existentes, tendo como critérios de avaliação:

- Os recursos para esportes foram revistos e o potencial para adaptação e readequação de facilidades existentes e uso temporário como soluções para os eventos olímpicos foram cuidadosamente revistos e avaliados.

- A taxa de novas arenas definitivas no pacote de desenvolvimento de arenas é apropriada (no escopo da cidade sede como Boa:40%; média:41 a 50%; Pobre: 51% ou acima).

(3) Indicador de soluções para os estacionamentos olímpicos: localização e tamanho, tendo como critérios de avaliação:

- Estacionamentos olímpicos são parte essencial do desenvolvimento urbano

- Estacionamentos olímpicos são implantados com tamanho apropriado, o que pode melhorar as deficiências da cidade sede em parques urbanos e grandes espaços verdes.

- Estacionamentos olímpicos podem ser acessados facilmente de locais residenciais e servir a comunidade com facilidade.

(4) Indicador de desenvolvimento de uma estrutura de suporte,, tendo como critérios de avaliação:

- Desenvolvimento de esquemas habitacionais sustentáveis além dos diretamente relacionados às Olimpíadas.

- Desenvolvimento de hotéis olímpicos e acomodações.

- Melhoria das facilidades do aeroporto existente

- Desenvolvimento viário externos as arenas

- Desenvolvimento de políticas de mobilidade detalhadas, projetos e matrizes.

- Melhoria dos sistemas de disposição de lixo e da água de uma perspectiva sustentável

- Planejamento e roteiro de uma nova planta de energia

(5) Indicador de contribuição do Plano Olímpico para uma forma urbana sustentável, tendo como critérios de avaliação:

- Uma política de ocupação urbana

- Otimizar densidade urbana

- Retificar formas urbanas dispersas

- Definir centros comunitários

- Encorajar desenvolvimento de uso mistos
- Procurar desenvolvimentos potenciais
- Gerar reencimeto interior das cidades
- Revitalizar áreas urbanas de degradação
- Promove sistemas de energia eficiente
- Criação de novos marcos urbanos
- Coerência com a política de planejamento do COI

Os planos do Governo da Cidade e do Estado do Rio estão no Dossier de Candidatura da Cidade, apresentado em 2009 ao COI, que divide a cidade em quatro zonas voltadas para os Jogos: Copacabana (incluindo a Lagoa) , Maracanã, Deodoro e Barra (a qual é tratada como o “coração” dos jogos). Apresenta uma visão dos Jogos como “uma celebração para os atletas, que se apresentarão em instalações de alto nível, todas localizadas na mesma cidade(..)Os Jogos Rio 2016 atenderão integralmente as necessidades da Família Olímpica. (...) A realização dos Jogos Rio 2016 também possibilitará a concretização das aspirações globais para o futuro da cidade, da região e do país, com uma visão de longo prazo. Será a oportunidade de acelerar a transformação(...)” , para destacar a seguir que a APO (Autoridade Pública Olímpica) irá coordenar a entrega dos serviços dos Governos:

- Instalações, infraestrutura e desenvolvimento urbano - a entrega de infraestrutura é coordenada pela APO em todos os casos, enquanto a propriedade e as responsabilidades de financiamento podem variar em cada projeto.
- Sustentabilidade - a Divisão Olímpica para a Sustentabilidade (DOS) lidera e gerencia todos os projetos ambientais e de sustentabilidade, integrando todas as autoridades envolvidas, se reportando através da APO
- Legado - a coordenação do legado entre os três níveis de Governo é de responsabilidade da APO e de agências específicas, com a supervisão do Conselho de Legado Rio 2016.
- Segurança - uma força única e integrada de segurança será criada, mesclando as agências de segurança relevantes de cada nível de Governo, sob uma estrutura de comando único liderada pelo Governo Federal através da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), órgão do Ministério da Justiça.
- Resposta em casos de emergência - os Governos Estadual e Municipal possuem capacidade integrada de resposta a emergências, incluindo ambulâncias, equipes médicas,

bombeiros e equipes especializadas em gerenciamento de calamidades, que atuarão sob a coordenação da SENASP.

- Transporte - será criada uma Divisão de Transporte e Tráfego Olímpico (DTTO) sob a liderança do Governo do Estado do Rio de Janeiro, integrada à Prefeitura do Rio, apoiada pelo Governo Federal, que se reportará à APO. O objetivo dessa divisão é operar e gerenciar o tráfego e o transporte de espectadores e força de trabalho durante os Jogos. (ver www.rio2016.org.br)

Discussão - Legado, Plano Olímpico, requisitos e Planos Locais

Se relacionarmos a apresentação dos legados feita por documentos oficiais e na apresentação dos indicadores na discussão do gerenciamento, observamos que os legados são materiais e imateriais: as estruturas de planejamento e controle são adequadas as metas do cronograma, e a capacidade técnica e gerencial de controle do empreendimento é condicionada pelos eventos, dentro dos limites do olimpismo.

O processo de planejamento urbano não é alterado face aos requisitos olímpicos, e, conseqüentemente, o COB tem um papel limitado no desenvolvimento urbano específico e na criação de legados (transporte, controle ambiental, espaços públicos edificados, educação, etc.), caso os planos existentes já proponham medidas de impacto.

O setor de transporte para ser o mais sensível ao mecanismo de planejamento cíclico, talvez por ser a chave da mobilidade urbana necessária ao Plano de Logística que integra as diversas atividades. Bovy and Liaudat (2003) fornecem uma descrição da atividade de um mega evento - eles distinguem seis grupos de clientes (espectadores, atletas, equipe logística, voluntários, imprensa e VIPs) cada uma com sua mobilidade específica e necessidades de acesso.

Os sistemas de transporte devem funcionar extraordinariamente bem durante o período da Olimpíada, o que parece ter sido um dos grandes méritos sistemas dos transporte de massa londrinos, com cerca de quarenta milhões de usuários durante os Jogos. O enfoque primário do COI é baseado no perfeito funcionamento dos sistemas de transporte da cidade assegurando operação suave para todos os grupos de clientes durante o evento. Logo, as cidades devem ter algumas prioridades de transporte para diferentes enquanto hospedam os jogos: atletas, técnicos, radialistas, convidados selecionados; mídia, oficiais de imprensa, juizes e pessoal de apoio; Personal trainers, famílias dos atletas; patrocinadores dos jogos; voluntários e espectadores; e, finalmente o público em geral. O COI apoia e

ênfatiza os meios de mobilidade entre os “legados sustentáveis”, objetivando melhorar o sistema de transportes das cidades para as viagens pós-Jogos.

Bovy, consultor de transportes acima citado, ênfatiza o planejamento de longo prazo para comunidades:

“- Mega eventos devem ser planejados e projetados para servir ao desenvolvimento de longo prazo das comunidades;

- Componentes de longo prazo devem ser concretos o mega evento construído em níveis sobrepostos construídos em estruturas temporárias.

Estruturas de transportes de mega eventos especialmente sobre trilhos, rodovias e túneis devem ser concebidos em primeiro lugar como benefícios de longo prazo para as comunidades e para o desenvolvimento metropolitano sustentável.”

Por trás da relação entre os planos urbanos da cidade sede e planos dos grandes empreendimentos olímpicos ou setoriais se estende a relação entre as organizações públicas e privadas, existentes ou especialmente criadas para alcançar as metas de qualidade, custo e cronograma definidas contratualmente.

Portanto, planejar legados olímpicos depende em grande parte das metas de colocadas pela Cidade e País Sede. Nesse sentido a realização dos grandes eventos serve como catalisador dos planos estratégicos urbanos, mas não se opõe a estes, que do contrário poderiam levar mais tempo para sua conclusão.

Segundo trabalhos onde se analisam mais detalhadamente as cidades sede dos últimos vinte anos (Kassens - Noor, cap. 3, 4 e 5), foram melhor sucedidas as que despenderam mais tempo no planejamento de demandas de médio e longo prazo coordenadas com as demandas de curto prazo. Por outro lado, inexistência de planos diretores não impediu o prosseguimento dos planos de curto e médio prazo locais, quando foi possível transferir experiências entre cidades sede de eventos passados com avaliação do contexto de geração e utilização das instalações.

“O TOK (Programa de Transferência de Tecnologia) é o meio primário de comunicação entre o COI e as cidades(...) enquanto intenção de transferir melhores práticas e evitar erros dos jogos anteriores, ele influencia ativamente as futuras hospedeiras na sua decisão sobre desenvolvimento urbano através de programação, candidatura e preparação. (pag.18- op.cit.)”

O COI lançou o OGGI (Olimpical Games Global Impact- Impacto Global dos Jogos Olímpicos) com o objetivo de encontrar desenvolvimento sustentável econômico, ambiental e social. O programa utiliza 150 indicadores durante a seleção. Mas, primeiro, não inclui medidas qualitativas, e em segundo lugar, a evolução acompanha somente dois anos depois dos jogos, enquanto os impactos podem durar por décadas ou séculos. E, em terceiro, nenhuma cidade é contabilizável para os resultados dos legados inalcançados ou insustentáveis.(pag.17,op.cit.)

(...) Logo, o desafio para cidades candidatas para inspirar as cidades olímpicas mora no alinhamento de necessidades de curto prazo para o evento com a estratégia de longo prazo para o desenvolvimento da(s) cidade(s). (pag.21,op..cit.)

A chave é identificar os elementos positivos criativamente, testando os cenários olímpicos contra os planos metropolitanos existentes. Cidades implementam várias mudanças nos sistemas públicos e privados, como os de transporte com a meta de prover acesso às arenas olímpicas e assegurar um legado benéfico pós evento para a cidade. Esse alinhamento é refletido no grau em que as cidades gerenciam para

1) catalizar projetos urbanos e de transportes manifestados nos seus planos estratégicos;

2) em alcançar para alcançar sua visão urbana;

3) encontrar objetivos prometidos ao público e

4) aproveitar as oportunidades que os Jogos trazem ou trouxeram

“(..) Logo, o planejamento holístico, integrado e compreensivo pra legados sustentáveis tem de começar anos antes dos arquivos de concorrência serem submetidos ao COI e tem de ser orientados para o uso pós-evento. De fato, os melhores legados urbanos foram ganhos por cidades que planejaram o mais possível e foram capazes de pegar os Planos Diretores existentes e implementar”.(pag.108,op.cit.)

Em resumo: quanto mais próxima a Cerimônia dos Jogos, maior a pressão para encontrar as demandas olímpicas. Com essa tremenda pressão sobre o planejamento, criações alternativas guiadas por uma visão são difíceis de implementar.(pag.109, op..cit.)

Conclusões

As referências utilizadas tem origem nas Universidades e Centros de Pesquisa com Programas de Olimpismo, e em sites do COI e de ong's americanas e europeias, uma vez que a produção trabalhos de análise do movimentos de construção da Rio 2016 ainda se organizam em torno da discussão sobre perdas e ganhos da eleição de nossa cidade, sem abrir o leque de documentos aqui rapidamente comentados, uma vez que foram deixados de lado as definições em torno das finanças, p.ex.. O quadro encontrado nos documentos foi enriquecido pelos seminários e entrevistas locais, um processo em rápida evolução, dada a dinâmica necessária a sua concretização.

Referências

Tohey, K. & Habwirth S.; 2002; Information and Documentation in Olympic Games; Barcelona, Spain - Ed. Centro de Estudos Olímpicos da Universidade de Barcelona.

Div. Autores - 2005, Nov; Technical Manual on Planning Coordination and Management of the Olympic Games; Laussane, Switzerland COI - Ed. International Olympic Comitee

Kasens-Noor, Eva; 2012; Planning Olympic Legacies - transport dreams and urerban realities; NY, USA; Ed. Routledge London&NewYork

Pitts, A. & Liao, H.; 2009 - Sustainable Olympic Design and Urban Development, NY USA, Ed. Routledge London&NewYork .

Keogh, Laura - 2012 Olympic legacies: Conceptualising legacy, the role of Communities and Local Government and the regeneration of East London - London, GB, 2009; Ed. Department for Communities and Local Government

Santos Jr., O. A. ; IPPUR/UFRJ - Os Megaeventos Esportivos e o Direito à Cidade: uma agenda para o Conselho das Cidades- Exposição proferida no Conselho das Cidades, em set.2011, em Brasília- DF, in www.ippur.ufrj.br

Aut. Div. - 2009; Dossier de Candidatura da Cidades do Rio de Janeiro , Ed. Prefeitura do Rio, Rio de Janeiro, Governo Estado do Rio de Janeiro, in www.rio2016.org.br

Aut. Div. - 2011; Contrato da Cidade Sede para o XXI Jogos Olímpicos Mundiais em 2016, Rio de Janeiro, Governo Estado do Rio de Janeiro, in www.rio2016.org.br

Aut. Diversos- 2005 -
Technical_Manual_on_Planning_Coordination_and_Management,, London, GB,
Internacional Olympic Comitee, in www.london2012.org.gb